

A República nos processos semânticos do discurso militar^(*)

Freda Indursky^(**)

Iniciando as considerações

Nos vinte anos de regime militar, aparentemente pouco se disse sobre a República brasileira. Castello Branco e Geisel a ela não se referiram. Médici considerou-a tangencialmente. Já Costa e Silva abordou-a em sete discursos, enquanto Figueiredo dela tratou apenas em um. Analisaremos, neste trabalho, recortes de discursos destes dois presidentes. Não examinaremos as razões que levaram os demais a dela não se ocuparem. Mas, já que foi pouco tematizada, nossa reflexão será conduzida por um questionamento: ao referirem-se à República, em que circunstâncias o fizeram e que efeitos de sentido foram produzidos nos discursos em análise.

Legitimando a Revolução

Iniciaremos por Costa e Silva, dele examinando recortes de dois discursos. Refere-se à República, pela primeira vez, em 26/05/1966, após seu nome ter sido homologado como candidato a presidente da República pela convenção da Arena (CS1).

A tematização da República neste discurso pode surpreender por representar novidade no discurso presidencial, bem como por ser tratada nessa

ocasião em particular. Esse tema, no entanto, é responsável pela produção de alguns efeitos semânticos que examinaremos a seguir. Vejamos inicialmente o *recorte 1*.

1. Dos constantes e heróicos movimentos em prol de nossa Independência [...] é que resultou, de início, a proclamação do Brasil Reino Unido ao de Portugal e Algarves e a seguir o Grito do Ipiranga, quando de há muito já se afirmara a vocação de nosso povo por um governo próprio, democrático e representativo, vocação que afinal se concretizou graças à ação decisiva das Forças Armadas, na proclamação da República (Costa e Silva, 1983:64).

Nesse recorte, apenas a ação das Forças Armadas é dada como decisiva para a proclamação da República. Ou seja, os militares aí aparecem como os únicos responsáveis pela implantação de um governo representativo no Brasil, estando estas forças indissoluvelmente ligadas à estruturação do poder no país.

No *recorte 2*, Costa e Silva tece críticas à Primeira República:

(*) Trabalho apresentado no painel "A República no Brasil: discurso e sentidos", em 09/11/89, durante o evento "Um século de educação republicana", promovido pela Faculdade de Educação — UNICAMP.

(**) Prof^a Adjunta do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas — Instituto de Letras — UFRGS.

2. Viciaram-na: o voto de “cabresto”, o coronelismo das facções, as guerras de famílias, o cangaço, as oligarquias regionais, a política dos governadores, o caudilhismo e o absolutismo presidencialistas e a insensibilidade ante os problemas sociais, econômicos e educacionais do povo, das camadas populares menos favorecidas (Costa e Silva, 1983:64).

Tais críticas incidem sobre o segundo período da Primeira República, também conhecido como *República das Oligarquias*, que se iniciou em 1894, opondo-se à fase inicial da Primeira República, igualmente denominada de *República das Espadas*. Começa a tomar vulto, nesse recorte, um efeito de sentido muito comum no regime militar: os civis são os responsáveis pelos problemas da República.

No recorte 3, percebem-se as consequências dos desmandos da *República das Oligarquias*.

3. [...] ambiente propício à eclosão e à vitória da Revolução de 30, que deveria moralizar as eleições, tornando-as livres através do voto secreto e das garantias da Justiça eleitoral (Costa e Silva, 1983:64).

Ou seja, as Forças Armadas, responsáveis pela proclamação da República, sentiram-se compelidas a sair em defesa da República, que estava sendo desmoralizada nas mãos dos civis. Desse modo, aí é construído o sentido de que as Forças Armadas são as guardiãs da República e têm a missão de salvá-la sempre que os ideais democráticos de seus fundadores estiverem ameaçados. Esse efeito de sentido prepara a análise do recorte 4.

4. Foi quando uma vez mais falou mais alto a vocação democrática do povo brasileiro, que está no nosso sangue e na nossa alma; a Revolução de 31 de março de 1964 foi uma revolução democrática na mesma linha de nossos mais puros

movimentos populares do passado (Costa e Silva, 1983:66).

Em (4), o sentido construído anteriormente é acionado.

Em 1964, as Forças Armadas foram movidas pelas mesma vocação democrática que as impulsionou em 1889, por ocasião da proclamação da República e, em 1930, quando se mobilizaram para salvar seus valores morais. Dito de outra forma: as Forças Armadas estão sempre de prontidão para salvaguardar a República. Tudo se passa como se a República da Espada estivesse em permanente vigília para impedir os civis de traírem os ideais dos fundadores militares.

Faz-se necessário, presentemente, refletir sobre as razões que levaram Costa e Silva a referir-se à República, fato já bastante remoto, em lugar de considerar o momento em que sua candidatura é lançada.

Tendo sido indicado pelo Comando Superior das Forças Armadas, era preciso tornar essa indicação inquestionável para fazer face às reações de diferentes segmentos da sociedade civil. Associando o movimento de 1964 às forças que proclamaram a República, a Revolução perde seu aspecto de insurreição militar e aparece como mais uma dentre uma série de ações que as Forças Armadas realizaram em prol da República, a começar por sua proclamação. Sua ação, portanto, é legítima.

Esse tipo de recurso encontra explicação em *Estado, governo, sociedade*, de Norberto Bobbio. Este autor aponta a História como um dos princípios legitimadores do poder. Em sua opinião.

A referência à História passada institui como princípio de legitimação a força da tradição e está, portanto, na base das teorias tradicionalistas do poder, segundo as quais soberano legítimo é aquele que exerce o poder desde tempo imemorial. Também o poder de comandar pode ser adquirido à base de um princípio geral de

direito; à força do uso prolongado no tempo, tal como se adquire a propriedade ou qualquer outro direito. (Bobbio, 1987:90)

Ou seja, as Forças Armadas estão revestidas de um poder mais do que legítimo que lhe advém de uma longa folha de serviços prestados à República.

Esse processo de legitimação do poder legitima tanto a revolução quanto seus procedimentos, tal como eleições indiretas para presidente, fato, aliás, sobre o qual Costa e Silva silencia no momento em que seu nome é indicado para a presidência, inaugurando a nova modalidade de escolha.

Processo semelhante foi praticado em outros períodos republicanos. Durante a República da Espada, o poder foi exercido por militares eleitos indiretamente pelo Congresso Nacional. Após a revolução de 1930, o governo foi exercido por uma junta militar que impediu a posse de Júlio Prestes, eleito pelo voto direto. Essa junta governamental foi substituída por Getúlio Vargas, que chefiou o governo provisório até 1934, quando foi empossado como presidente, eleito indiretamente. Assim, a legitimidade, que é pleiteada em nome dos nobres ideais republicanos, acaba por ser estabelecida pela semelhança com os procedimentos adotados nos períodos de exceção, em que, de fato, a legitimidade deixa de existir.

Essa preocupação em inscrever a Revolução na continuidade dos feitos das Forças Armadas aparece igualmente em um outro discurso produzido de improviso no dia 14/09/1968, no Quartel General do III Exército, Porto Alegre (CS2). Dele vamos examinar, a seguir, o recorte 5.

5. Esta Revolução continua e continuará dentro de seus princípios fundamentais. Não pensem os inimigos da República, que se manifestam de quando em quando como inimigos da Revolução, que ela vai parar. Ela continuará dentro das normas políticas e dentro de

um sistema de moralidade, de austeridade e de dignidade (Costa e Silva, 1983:406, v. 2).

Neste recorte, não se trata apenas de colocar a Revolução na continuidade da República, mas de sobrepor a segunda à primeira, de tal forma que *Revolução* aí está por *República*. A superposição de ambas produz um efeito de *identidade*. Essa construção da *identificação* não apenas projeta a legitimidade da República sobre a Revolução, como também constrói a ilegitimidade daqueles que lhe são contrários, pois não concordar com ela implica, no mesmo movimento, discordar da República. E assim fica estabelecido o jogo maniqueísta de contrários que preside boa parte dos processos semânticos instaurados nos discursos presidenciais da Terceira República do Brasil.

Este último recorte reflete claramente a conjuntura política daquele momento bastante conturbado que culminaria, três meses depois, com a edição do AI-5.

Construindo a República dos sonhos: o simulacro da democracia

Façamos um corte no tempo e examinemos os efeitos de sentido que a República instaura no discurso de Figueiredo.

Qual a relação que existe entre o discurso de Costa e Silva e o de Figueiredo? Para responder a esta questão analisaremos alguns recortes do discurso que este último pronunciou no dia 15/11/1979, ao receber o título de Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Vejam os recorte 6, a seguir.

6. O processo político [...], em sua fase decisiva, durou de 1870 a 1889.

Do manifesto republicano, contemporâneo à fundação do primeiro Clube, do jornal e do Partido Republicano, à memorável convenção de Itu, três anos depois, até a abolição, a idéia cresceu e frutificou, sob a chefia de Deodoro da Fonseca, em apenas 19 anos (Figueiredo, 1981:218).

Se, em Costa e Silva, a República parece obra exclusiva das Forças Armadas, em Figueiredo os demais segmentos que lutaram pela República são resgatados. Se, em Costa e Silva, os civis são os que põem em risco o bem conquistado pelas Forças Armadas, em Figueiredo os civis adquirem uma nova dimensão e os militares passam a ser um dentre os muitos segmentos que desejaram a República. Isto torna-se mais claro a partir do recorte 7.

7. Benjamin Constant, Prudente, Quintino, Patrocínio, Rui, Rodrigues Alves, Antônio Olinto, Campos Salles, Júlio de Castilhos e seus companheiros puderam realizar seu sonho de uma República no Brasil em tão pouco tempo [...] porque sua pregação correspondia a aspirações profundamente sentidas pelo povo brasileiro (Figueiredo, 1981:218).

Como se vê, os grandes vultos republicanos que haviam sido apagados em Costa e Silva, para valorizar exclusivamente a ação das Forças Armadas, são resgatados, em Figueiredo, construindo um efeito de sentido diverso. Seu discurso não remete exclusivamente a representantes das Forças Armadas, mas sobretudo a membros da sociedade civil e suas organizações. Não se refere a sua ação, mas à realização de seu sonho. Essa diferença indica que a conjuntura em que Figueiredo governa é diversa e impõe o reconhecimento dos civis.

No recorte 8,

8. Creio não exagerar [...] ao dizer: estamos atualmente em pleno processo de realização dos ideais e dos

sonhos dos fundadores da República (Figueiredo, 1981:219).

verifica-se que Figueiredo não volta ao passado para vincular-se à luta dos republicanos, mas para associar-se aos seus sonhos não concretizados, representando-se como aquele que pode realizá-los. É na continuidade onírica que se estabelece o vínculo entre passado e presente, daí decorrendo a legitimidade pretendida. Essa continuidade é explicitada no recorte 9.

9. A República dos meus sonhos é a da conciliação.

Do progresso com liberdade.

Da liberdade com responsabilidade fixada na Lei.

Da paz com justiça social.

Da ordem dentro da democracia (Figueiredo, 1981:219).

Nesse recorte, à medida que o sonho vai sendo explicitado, percebe-se que o lema republicano *ordem e progresso* aí está sutilmente inscrito, tendo sido objeto de duas rupturas. A *ruptura de relação* permite que os termos tradicionalmente associados encontrem-se relacionados a outros, que melhor condizem com a conjuntura do Brasil de 1979. Já a *ruptura de ordenamento* faculta a priorização de fatores diferentes. Essas duas rupturas produzem vários efeitos de sentido. *Ordem*, aparentemente não-prioritária, cede seu lugar para *progresso*, que se associa a *liberdade* — questão fundamental para discutir *conciliação*. No entanto, a liberdade deve ser controlada individualmente, pela *responsabilidade* de cada um e pelo respeito à lei. *Ordem* aparece por último, sugerindo que há valores mais importantes, tais como *liberdade, paz, justiça social*. Mas, ao mesmo tempo, *ordem* apresenta-se vinculada a *democracia* — indicando que o preço da democracia é a preservação da ordem.

Desse modo, a recuperação e a atualização do lema da República em seu novo ordenamento e a partir das novas relações aí estabelecidas autoriza sua

paráfrase através do lema da Revolução — *desenvolvimento e segurança nacional*. Essa atualização proporciona, a um só tempo, um duplo movimento: a legitimação da Revolução e a projeção da República para o presente.

Esse recorte, que inicia com *República* e encerra com *Democracia*, indica que a identidade entre ambas não é impossível, desde que se respeitem às condições inscritas em seu intervalo.

Se compararmos o procedimento de identificação instaurado nos dois presidentes examinados, verificaremos que, em Costa e Silva, ao identificar Revolução com República, ocorre um movimento em direção ao passado, para alinhar-se à luta dos fundadores. Já em Figueiredo, a identificação de República com Democracia produz um movimento inverso e projeta para o presente a realização dos sonhos do passado.

Mas o presente é apenas um momento de transição que aponta necessariamente para o futuro, como veremos no recorte 10.

10. A República dos meus sonhos [...] terá um legislativo atuante em toda a amplitude constitucional.

E um judiciário bravo e independente. Respeitado pela autoridade provinda da isenção dos nossos juízes [...].

Por isso mesmo a República dos meus sonhos será forte, justa e firme [...].

A República dos meus sonhos haverá de forrar-se de civismo e firmar-se no patriotismo dos brasileiros (Figueiredo, 1981:220).

Assim, a *República dos sonhos* projeta a democracia para o futuro. Essa remissão é mais um procedimento de legitimação que pode ser examinado à luz de Bobbio:

A referência à história passada legitima o poder constituído, enquan-

to a referência à história futura constitui um dos critérios para a legitimação do poder que se está constituindo (Bobbio, 1987:90).

O poder que se está constituindo em Figueiredo aponta para uma *República dos sonhos* que pode ser entendida como uma *democracia ideal*, isto é, a democracia em Figueiredo também é sonhada e aparece como um objeto de desejo a ser perseguido. E, por ser objeto de desejo, fica dissimulado sob o manto da República, revelando o fato de que o objeto é desejado na medida em que não existe. Em seu lugar, encontra-se um simulacro da democracia sob o qual se oculta a ditadura militar.

Encerrando as considerações

Se compararmos os procedimentos de legitimação instaurados nos discursos de Costa e Silva e Figueiredo, veremos que, embora apresentem semelhanças no seu procedimento, os efeitos de sentido neles produzidos são muito diversos.

Costa e Silva legitima-se ao alinhar-se na continuidade da ação militar, enquanto Figueiredo o faz representando-se como o empreendedor dos sonhos não-realizados dos fundadores. O primeiro volta-se para o passado, enquanto o segundo projeta-se para o futuro. O primeiro marca um período de repressão. O segundo, um período de distensão. O primeiro fala em República para silenciar ditadura e eleições indiretas, o segundo fala em República para silenciar a falta de democracia, projetando-a como um objeto a ser perseguido no futuro.

Desse modo, República pode abrigar tanto a força e o autoritarismo, quanto um período mais ameno em que é possível sonhar com uma democracia que ainda está por vir.

Referências bibliográficas

- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- COSTA E SILVA, A. da. *Pronunciamentos do Presidente*. Brasília, Imprensa Nacional, 1983.
- _____. *Pronunciamentos do Presidente*. Brasília, Imprensa Nacional, 1983. v. 2.
- FIGUEIREDO, J. *Discursos: 1979*. Brasília, Imprensa Nacional, 1981. v. 1.

Resumo Nos vinte anos de regime militar, aparentemente pouco foi dito sobre a República brasileira. Castello Branco e Geisel a ela não se referiram. Médici considerou-a tangencialmente. Já Costa e Silva abordou-a em sete discursos, enquanto Figueiredo dela tratou apenas em um. Analisaremos, neste trabalho, recortes de discursos destes dois presidentes. Não examinaremos as razões que levaram os demais a dela não se ocuparem. Mas, já que foi pouco tematizada, nossa reflexão será conduzida por um questionamento: ao referirem-se à República, em que circunstâncias o fizeram e que efeitos de sentido foram produzidos nos discursos em análise. Da análise dos discursos de Costa e Silva, constata-se que ele pretende legitimar a revolução. Já o discurso de Figueiredo pretende construir a República dos sonhos.

Palavras-chaves: República e discurso militares; militares e regime republicano; revolução de 64 e regime republicano; discurso militar e regime republicano.

Abstract *During the twenty years of the military regime, apparently little was said about Brazilian Republic. Castello Branco and Geisel, the first two military presidents of the revolutionary period which began in 1964, made no reference to it. Médici, the third military president, only made tangential references to it. On the other hand, Costa e Silva treated this topic in seven discourses and Figueiredo, the last military president, made reference to it in only one discourse. In this paper, we analyze sections of discourses of these two presidents. The reasons which led the first two military presidents to avoid this subject will not be discussed here. The basic purpose of this paper is to look for the circumstances and the effects of meaning produced by the discourses under analysis when they made reference to the Republic. From the analysis of Costa e Silva's discourses one can see that he intends to justify the revolution. Figueiredo's discourse, on the other hand, intends to build the dream Republic.*

Key-words: *Republic and military discourses; military and republican regime; revolution of 64 and republican regime; military discourse and republican regime.*